

ORIGENS DA CULTURA

O “pensamento selvagem” (LÉVI-STRAUSS, 1976) costuma buscar a explicação do real recorrendo às suas origens. São conhecidos os “mitos etiológicos”, através dos quais os povos pensavam o fundamento dos seres narrando seus primórdios. Porém o pensamento selvagem transborda o pensamento mítico: é o funcionamento espontâneo da razão ainda não domesticada por vigilâncias epistemológicas e técnicas metodológicas. Encontra-se, em estado livre, também nas origens da filosofia, quando os pré-socráticos indicavam a ‘arche’, a ‘aitía’ dos seres: se era a água, o fogo, o ar, o ‘àpeiron’. Renasce, com vigor, entre os precursores e iniciadores da antropologia: Hobbes e Rousseau, com o Leviatã e o Contrato Social: estavam transpondo, para um contexto iluminista, o mito etiológico da Sociedade Política; e até Marx e Engels se movem com inocência nesse Éden quando, levados pela mão de Morgan, saem à busca da “origem da família, da propriedade privada e do Estado”.

Como explicar essa crença na força explicativa das origens? Será que o pensamento exporta ingenuamente para a natureza o hábito que tem de identificar e situar os membros da sociedade através da filiação? Os patronímicos ocorrem em quase todos os idiomas e, com frequência, substituem o nome próprio; como se saber de quem procede o indivíduo fosse a melhor maneira de designá-lo e conhecê-lo.

Não parece óbvio que o ser, nos seus primórdios, revele melhor sua essência que no termo de seu pleno desenvolvimento. Hegel dizia justamente o contrário: o novo, quando surge, é apenas um “conceito” ou um gérmen que não explicitou suas virtualidades e características peculiares. Assim, a filosofia espera, como a coruja, cair o sol para levantar vôo, porque só quando as coisas amadurecem plenamente é que se pode captar toda a sua riqueza inteligível.

No entanto, a fascinação das origens é inevitável. Talvez porque se prenda a uma obscura intuição de que, para explicar uma realidade, se precisa, ao mesmo tempo, determiná-la em sua diferença em relação a tudo o mais; e, ao mesmo tempo, pô-la em relação com o que dela difere. Quer dizer: além de marcar sua **ruptura** e descontinuidade em relação ao Outro, indicar sua **sutura**, sua articulação com o Todo. Um momento estratégico para tanto é o da origem; aí se surpreende, ‘flagra-se’ o novo no instante mesmo em que se desprende de seu ponto germinativo, por onde se insere na Totalidade dos seres.

Assim, não satisfeito com explicar a origem dos seres da Natureza e a origem das Instituições no mundo da cultura, o pensamento, em sua ânsia de totalização, vai mais além: leva o mesmo esquema até à explicação de uma ordem pela outra. Procura a emergência da Cultura no mundo da Natureza. É o problema da ‘passagem da Natureza para a Cultura’. Realmente, ao admitir a evolução das espécies, é forçoso indagar quando e como surgiu no gênero **Homo**, na espécie **Homo Sapiens**, o fenômeno da Cultura; e que antecipações, pressentimento,

esboços, pontos de inserção encontra na ordem da Natureza, nas instâncias biológicas e pulsionais que o homem tem em comum com os outros primatas.

Entendida desse modo com as ressalvas epistemológicas necessárias à questão, embora conservando um sabor saudosista de mito etiológico, pode adquirir um conteúdo científico, - ou pelo menos ser um artifício metodológico para pensar as relações entre as duas ordens, a Natureza e a Cultura.

Com efeito, a passagem da Natureza para a Cultura, ou do “estado de Natureza para o de Sociedade”, não deve ser entendida como uma arqueologia que procurasse o que veio nos primórdios em primeiro lugar, e o que foi aparecendo depois, e assim sucessivamente. Não se trata de uma genealogia, mas antes de uma gênese. A sociedade humana, o padrão cultural básico, teve de ser produzido simultaneamente em seus elementos essenciais: a comunicação ou intercâmbio humano que está subjacente às relações de família, à linguagem, à produção em comum de seus meios de subsistência e troca de bens, se explica pelo que o homem tem de específico: ‘O homem é um ser natural, mas um ser natural humano’. (Marx)

A consciência e a comunicação das consciências são dadas com o homem, pois são sua própria humanidade. Quando essa se destacou entre os grupos de primatas sub-humanos, o acasalamento entre adultos e criação de filhotes, a comunicação pela troca de sinais, as atividades comuns em busca da subsistência ganharam nova dimensão e conteúdo.

Aludimos assim às três coordenadas que definem – ou se preferem, aos três pilares que fundam – a vida do homem em sociedade: a comunicação de mulheres entre famílias, tecendo as relações de parentesco e de aliança; a comunicação de palavras, efetivando a comunicação e tradição cumulativa de conhecimentos; a produção e a circulação de bens entre indivíduos e grupos, pelo trabalho, o dom e a troca, tecendo relações sociais através de relações com a natureza.

Com a ressalva prévia de que esses pontos de vista diversos não se excluem mas completam, - fornecendo, por assim dizer, uma visão estereoscópica do fenômeno social total – apresentamos a versão de Lévi-Strauss, de Monod e de Marx sobre as origens. Lévi-Strauss, na introdução a ‘Estruturas elementares do Parentesco’, enfoca mais diretamente a origem da Sociedade; Monod, em ‘O Acaso e a Necessidade’, visa especialmente à gênese da Cultura; Marx, na ‘Ideologia alemã’, refere-se ao que chama de ‘fato histórico primordial’. Assim, o primeiro quer identificar o fundamento das relações de parentesco e de aliança que caracterizam e constituem a sociedade humana mais elementar; o segundo analisa as condições de possibilidade da vida cultural; o terceiro descobre uma atividade que transforma a relação homem-natureza por sua mediação, tornando-a assim suporte das relações sociais, e impulso para o progresso histórico.

A exogamia, a linguagem, o trabalho seriam outros tantos pontos de passagem e de conexão entre a Natureza e a nova ordem que daí se estabelece,

que, de acordo com a abordagem efetuada, se chama Sociedade, Cultura, ou História. Esses pontos germinativos são, de fato, condições de possibilidade e fundamento: sem eles, não se acedeu ainda à condição humana; com eles, já se está operando numa ordem nova. Pela exogamia, obtém-se uma organização social tipicamente humana; pela linguagem simbólica, assegura-se a comunicação entre as pessoas e a transmissão das experiências entre as gerações de forma cumulativa; para Monod, a linguagem, surgida muito cedo em nossa evolução, orientou e pressionou o desenvolvimento do cérebro humano até a perfeição de nossa espécie. Enfim, o trabalho é algo caracteristicamente humano: ao mesmo tempo humaniza a Natureza e realiza o homem. É comum a essas três passagens ou conexões o mesmo paradoxo: de serem simultaneamente atividade ou criação humana (a exogamia é uma norma, a linguagem uma prática social, e o trabalho a atividade humana por excelência). Mas, por outro lado, são a condição de possibilidade e o ponto de emergência da sociedade humana (exogamia), do cérebro e pensamento do homo **sapiens-sapiens** (linguagem simbólica), da historicidade e do progresso que caracterizam nossa espécie (trabalho).

A exogamia como fundamento da sociedade **(Lévi-Strauss)**

“A proibição do incesto fundamenta a **sociedade humana**, - é num certo sentido a **própria sociedade**”, diz Lévi-Strauss em **Antropologia estrutural II**. Embora nas **Estruturas Elementares do Parentesco** o autor fale de origem da **cultura**, é por causa da argumentação adotada que opõe a universalidade, critério da Natureza, à normatividade, característica da Cultura. Aliás, para Lévi-Strauss, a organização social pode ser considerada uma ‘supertécnica’ entre as numerosas técnicas de que consiste a cultura humana.

Parece que, por influência de Rousseau, a terminologia de Lévi-Strauss é oscilante nessa matéria. Prefere chamar de **estado de cultura** a organização primitiva paleolítica; deixar a designação de **estado de sociedade** para a maior complexidade social adquirida pelas sociedades tribais do neolítico e reservar a ‘**história**’ para as ‘sociedades quentes’ como classes sociais e poder soberano, que estabeleceram diferenças de potencial entre os homens na idade dos metais.

Segundo o autor, há uma norma – e uma somente – que tem a característica de universalidade, antes estabelecida como critério na Natureza: “o conjunto complexo de crenças, costumes e estipulações que designamos sumariamente como proibição do incesto”. Na realidade, essa proibição é a formulação negativa da lei da exogamia: ao serem proibidas de casar no grupo doméstico, as mulheres são postas à disposição de outros grupos, que, por sua vez, têm a mesma regra, e assim a circulação das mulheres se estabelece entre as unidades sociais, transformando a ‘horda’ numa sociedade constituída de famílias entrelaçadas por relações de parentesco e aliança.

Que se trate de uma norma é evidente: portanto, pertence à ordem da cultura. A universalidade dessa norma está bem estabelecida: varia apenas seu campo de aplicação. Por isso, as exceções apontadas são exceções em relação a regras mais

estreitas, ou a campo de aplicação mais abrangente adotado por outra sociedade. Não existe sociedade humana onde se permita qualquer tipo de união. Parece que as sociedades que permitiam casamento entre irmãos excluía a irmã mais nova dos cônjuges permitidos. A proibição tem caráter sagrado: sua violação é sacrilégio, monstruosidade, porque regulamenta um campo ‘misterioso’: a sexualidade. Esse ‘mistério’ vem de que o sexo se apresenta como algo que está além do social propriamente dito: de um lado, expressa, de forma eminente, a animalidade humana, os impulsos indômitos do **indivíduo**, que não se alinham pelos fins sociais; de outro lado, destina-se à propagação da **espécie**, que também transborda a própria sociedade. A norma que proíbe o incesto constitui uma invasão da cultura no interior da natureza; mas o instinto sexual, por sua vez, é um prenúncio da vida social na Natureza, já que é o único instinto que necessita para sua satisfação do estímulo de outrem. Portanto é um terreno apto para que, através dele, se efetue a passagem da natureza para a cultura: a regra que proíbe o incesto abrange na sociedade o que lhe parece mais alheio, porque retém, na natureza, o que é capaz de superá-la. A proibição do incesto nem é puramente de origem cultural, nem puramente de origem natural; nem uma dosagem de elementos retirados das duas ordens. De um lado, pertence à natureza, por ser uma condição geral da cultura; daí seu caráter de universalidade. De outro lado, pertence à cultura – já é cultura, - atuando e impondo sua regra no interior de fenômenos que não dependem primeiramente dela. Assim, constitui o passo fundamental **graças ao qual, pelo qual**, e sobretudo, **no qual** se realiza a passagem da Natureza à Cultura. A proibição do incesto é o vínculo que une a ordem da Natureza à ordem da Cultura. Na verdade, é menos uma união que uma passagem ou transformação: porque, desde que se estabelece, a situação geral se modifica totalmente. Com ela, a natureza deixa de existir no homem como um reino soberano. A proibição do incesto é processo pelo qual a natureza ultrapassa a si mesma: surge uma estrutura de novo tipo, mais complexa, que se sobrepõe, integrando-as, às estruturas mais simples ainda da vida animal. Realiza e constitui, por si mesma, o advento de uma nova ordem.

Contudo, o próprio Lévi-Strauss diz que “a emergência da cultura permanecerá um mistério enquanto o homem não determinar, no nível biológico, as modificações de estrutura e de funcionamento do cérebro: a cultura representa simultaneamente o resultado natural e modo social da apreensão dessas transformações, criando ao mesmo tempo o meio intersubjetivo indispensável para que elas prossigam. Se bem que anatômicas e fisiológicas, essas modificações não podem ser estruturadas apenas em relação ao indivíduo”.

A passagem da natureza à cultura através da linguagem

(Monod)

Monod, no seu livro **O Acaso e a Necessidade** aborda um problema que corresponde a essa preocupação de Lévi-Strauss. A própria natureza do cérebro humano não se explica senão por um comportamento cultural: quer dizer, a cultura não é algo posterior à natureza a qual tivesse primeiro completado sua evolução para, numa etapa seguinte, entrar numa nova ordem: ao contrário, a natureza ainda não alcançara seu pleno desenvolvimento quando surgiu a linguagem. Foi a linguagem que orientou e pressionou o desenvolvimento do cérebro humano até a

capacidade hoje alcançada – a partir de homínidas que não tinham cérebro maior que o dos macacos antropóides. Nosso cérebro, tal como existe, foi organizado já com a presença da linguagem e para a função de acolhê-la. O comportamento como orientador das pressões de seleção se manifesta em vários patamares da evolução das espécies. No caso do homem, esse comportamento tipicamente humano, irreduzível aos meios de comunicação usados pelos animais – que é a linguagem, representou uma pressão orientada que plasmou o cérebro humano e fez do homem o ser que é hoje. Entre nossos antepassados, os que tinham melhor desenvolvido a capacidade lingüística aumentavam suas chances de sobrevivência, e a seleção foi privilegiando aquelas linhas de descendência que apresentavam melhores performances lingüísticas.

A linguagem, por sua vez, reflete a ‘simulação subjetiva e criadora’ do cérebro humano, transpondo e resumindo suas operações. O animal também ‘simula’ sua atividade futura e passada, mas não tem capacidade de ‘liberar a sua consciência’, transmitir a simulação nova e subjetiva, como o homem através da linguagem simbólica; e, assim, um achado criador não morre com aquele que o fez. A seleção evolutiva premiou a capacidade de representação adequado, de previsão exata confirmada pela experiência concreta, até chegar ao instrumento lógico inato que permite a nossa espécie atual ‘compreender’ os acontecimentos do universo, isto é, descrevê-los em linguagem simbólica e prevê-los, contanto que sejam fornecidos os necessários elementos de informação ao simulador.

Assim, no “dia em que um Australantropo (ou qualquer de seus congêneres) chegou a comunicar não mais apenas uma experiência concreta e atual, mas o conteúdo de uma experiência subjetiva, de uma ‘simulação’ pessoal, nascia um novo reino: o das idéias. Uma evolução nova a da cultura, tornava-se possível. A evolução física do homem ia prosseguir muito tempo ainda, só que agora associada estreitamente à da linguagem, sofrendo profundamente a sua influência, que subvertia as condições da seleção”.

A argumentação de Monod. Na evolução dos organismos, têm grande importância as ‘performances teleonômicas próprias da espécie’: o tipo de comportamento é decisivo para o futuro da espécie. Ao surgir, sua forma é rudimentar, mas a modificação do comportamento exerce uma pressão decisiva na evolução posterior. Assim, as grandes ramificações da evolução correspondem à ocupação de nichos ecológicos novos, onde se impunha novo tipo de comportamento. “A escolha inicial de certo tipo de comportamento, arrasta a espécie para o caminho de um aperfeiçoamento contínuo das estruturas e performances que são o suporte desse comportamento”. Não se trata de lamarckismo, nem de transmissão de caracteres adquiridos, mas de “seleção pura, operando sobre os elementos do comportamento”.

Aplicando ao homem: A linguagem simbólica é irreduzível aos meios de comunicação (auditivos, tácteis, visuais, etc.) dos animais. O cérebro desses também registra informações, que transforma e restitui sob forma de performance individual; porém um indivíduo não comunica aos outros uma associação original; como somente o homem pode fazer. Segundo Chomsky, a estrutura profunda, a

‘forma’ de todas as línguas é a mesma. Não é de admirar, pois o cérebro é o mesmo. As extraordinárias performances que a língua representa e autoriza estão associadas ao desenvolvimento considerável do sistema nervoso central, que constitui o traço anatômico mais característico do ‘homo sapiens’. Para isso foi necessária uma pressão de seleção orientada, contínua e mantida há mais de dois milhões de anos. O ajustamento estreito entre o cérebro e a performance única que o caracteriza faz ver na linguagem não só um produto, mas uma das condições iniciais dessa evolução. Surgindo bem cedo em nossa espécie, a linguagem foi dessas escolhas iniciais que engajam o futuro da espécie, criando uma pressão de seleção nova que iria favorecer o desenvolvimento da própria performance lingüística e, portanto, do órgão que a serve – o cérebro. Porém, dado esse passo, o uso da linguagem ia criar uma pressão poderosa na direção do desenvolvimento do cérebro, que nenhuma espécie afásica conheceu: os grupos melhor dotados para seu emprego tiveram uma vantagem incomparável sobre os demais; e a seleção, feita sob a pressão da linguagem, favoreceu especialmente a evolução do cérebro na direção de uma inteligência de certo tipo: o mais capaz de explorar as riquezas da linguagem.

Confirma-se essa hipótese pela aquisição da linguagem pela criança que está ligada ao desenvolvimento epigenético do cérebro, de tal forma que tudo indica ser uma das funções principais desse desenvolvimento acolher a linguagem. O aprendizado da língua acompanha o desenvolvimento das estruturas neurais subjacentes às performances lingüísticas: por volta dos 18 meses, a criança pode ter umas dezenas de palavras, sem nunca associá-las, mesmo por imitação.

Mais tarde, associa as palavras por duas, três, segundo sua sintaxe, que não é imitação da linguagem adulta: a criança toma em cada estágio o que convém ao ponto em que se encontra seu desenvolvimento. Esse processo é universal, e sua cronologia é a mesma para todas as línguas. Com dois ou três anos mais, sem aprender regra nem procurar imitar a linguagem dos adultos, esse jogo da criança com a língua lhe dá um domínio do idioma que parece incrível.

-As afasias de origem traumática confirmam isso: quanto mais cedo sobrevêm, mais depressa regredem; mas são irreversíveis por volta da puberdade.

-A dificuldade do aprendizado de uma segunda língua, e o estatuto inferior que tem em relação à língua materna aprendida espontaneamente, é outra confirmação dessa conformação do cérebro com as estruturas da linguagem. De fato, o desenvolvimento do cérebro prossegue depois do nascimento e termina da puberdade: consiste num enriquecimento considerável das interconexões dos neurônios corticais; processo muito rápido nos primeiros anos, que perde logo o ritmo. Cobre o período em que a aquisição primária da linguagem é possível. Portanto, a linguagem não é apenas uma “superestrutura”, produto da evolução da cultura; pois a amplitude e o refinamento das funções cognitivas do ‘homo sapiens’ só encontra sua razão de ser na linguagem e por ela. Sem esse instrumento, a maioria das funções cognitivas não são utilizáveis e se paralisam; essa estreita simbiose só pode ser o resultado de uma longa evolução comum. Assim, a “Forma” que Chomsky diz ser comum todas as línguas e, portanto, inata e característica de

nossa espécie, explica-se pelo fato de que a evolução das estruturas corticais do homem foi marcadamente influenciada por uma capacidade lingüística adquirida muito cedo em seu estado mais tosco: a linguagem articulada não só permitiu a evolução da cultura, mas contribuiu decisivamente para a evolução física do homem. A capacidade lingüística, revelada no decurso do desenvolvimento epigenético do cérebro, faz parte hoje da própria 'natureza humana', definida no interior do genoma, pela linguagem radicalmente diferente do código genético.

O 'Fato Primordial' da história: o trabalho

(Marx)

É na 'ideologia alemã' que Marx desenvolve sua concepção sobre a origem da sociedade e da cultura que, vistas sob o aspecto dinâmico que caracteriza seu pensamento dialético, designa com o nome de 'história'. Mas o problema é sensivelmente o mesmo que ocupa Lévi-Strauss e Monod, nos parágrafos acima, embora a nova perspectiva inove a problemática e as soluções. "Os homens podem ser distinguidos dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se quiser. Mas eles mesmos, começaram a distinguir-se dos animais no momento em que começaram a produzir seus próprios meios de existência; os homens produzem indiretamente sua própria vida material. O dado primordial de toda existência e, portanto, da história, é que os homens devem estar em condições de viver para fazerem história. O primeiro fato histórico, por conseguinte, é a produção de meios que permitam prover às necessidades básicas (comida, bebida, abrigo, agasalho, etc.) ou seja: a produção da vida material. Temos aqui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história, uma vez que hoje, como há milhares de anos, não há remédio senão preencher, dia por dia, hora por hora, essa condição para que os homens possam se manter com vida".

-O animal também tem **necessidade**, cujo objeto é a **natureza**, mas satisfaz essa necessidade pelo **consumo**, que destrói a natureza de um lado e faz cessar a necessidade, de outro. O consumo animal é uma espécie de 'curto-circuito', ou como Marx diz no seu hegelianismo vocabular, algo 'imediato', primário e que em si mesmo se esgota.

-No homem, a necessidade, para ser satisfeita, requer a **produção** de um **bem**: é portanto a **mediação** do **trabalho**, entre o sujeito de necessidades e a natureza, objeto do desejo, que permite a satisfação do consumo.

-Assim a introdução, entre o homem e a natureza, entre o sujeito (necessidade) e o objeto (de satisfação) da mediação do **trabalho**, permite que a história humana possa começar, com seu progresso interminável: "Uma vez satisfeita a primeira necessidade, acontece que a ação de satisfazê-la e o instrumento dessa satisfação, provocam novas necessidades; e essa provocação de novas necessidades é o primeiro fato histórico. Sobre essa relação básica e imediata do homem com a natureza, que é o trabalho produzindo a vida material, organizam-se as relações sociais elementares, a começar pela reprodução da espécie na relação familiar; e a interação das relações de produção (H-N) com as relações sociais correspondentes, (H-H), constitui o modo de "produção", que é a

base da história em qualquer época que se considere: e que deve ser pensada como o fenômeno especificamente humano, através do qual o homem se desprende da animalidade e a história começou. O trabalho tem uma forma especificamente humana. Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão. Uma abelha, pela construção de suas células de cera, confunde mais de um arquiteto. Mas o que distingue, logo à primeira vista, o pior arquiteto da abelha mais hábil é que aquele constrói primeiro a célula em sua cabeça antes de realizá-la na cera. No fim do trabalho, produz-se um resultado que preexistia na representação do trabalhador de uma maneira ideal. “O animal apenas se produz a si mesmo, ao passo que o homem reproduz integralmente a natureza. O que o animal produz faz parte integrante de seu corpo físico, enquanto o homem se ergue livremente em face das suas produções. O animal procede apenas no nível e segundo as necessidades da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe produzir ao nível de qualquer espécie e aplicar ao objeto a medida que lhe é imanente”.

A produção não produz apenas um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto (no sentido de que um objeto de arte, como qualquer outro produto, cria um público sensível à arte e capaz de apreciar a beleza). “O indivíduo produz um objeto, e, consumindo-o, volta-se sobre si mesmo, mas como um indivíduo produtor e reproduzindo-se a si próprio. O consumo aparece como um momento da produção”. ‘A produção excede-se a si mesma, porque excede os outros fatores (distribuição, troca, consumo)’. É por ela que o processo recomeça sempre, ininterruptamente. Na realidade, quanto mais recuamos na história, mais o indivíduo e, portanto, o indivíduo produtor, aparece como dependente, como pertencente a um todo maior: a princípio, de maneira muito natural, à família, e à família ampliada: à tribo; mais tarde à comunidade sob suas diversas formas, a qual decorre do antagonismo e fusão das tribos. O homem é, no sentido mais literal, um **zoon politikón**, não só um animal sociável, mas também um animal que não pode isolar-se a não ser em sociedade.

- **O trabalho humano é feito com instrumentos:** (meios de produção). “O emprego e a criação de meios de trabalho, embora já existissem em germen nas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, e Franklin pôde definir o homem como **a tool making animal**, um animal fabricante de instrumentos de trabalho. O meio de trabalho é uma coisa ou conjunto de coisas que o homem interpõe entre ele e o objeto de trabalho; o homem serve-se das propriedades mecânicas, físicas, químicas de certas coisas, e faz que atuem como forças sobre as outras coisas, de acordo com o seu fim”. “Converte assim as coisas exteriores em órgão de sua própria atividade, órgão que acrescentam a seus órgãos, prolongando sua natureza natural”.

- O trabalho humano é consciente e portanto, as relações que estabelece, existem para o homem, possibilitando a história. “Onde quer que uma relação exista, existe **para mim**”.

O animal não ‘está em relação’ com nada, o que equivale dizer que também não conhece nenhuma relação. Para o animal, as relações com a natureza não existem enquanto relações. “Existe consciência onde existe a história”. Sem ela, a

relação natural, ou seja, o fato histórico fundamental, ainda não é história. Não se trata de uma consciência pura, mas de uma consciência inserida numa relação natural, desde o princípio “ligado à matéria que se apresenta aqui sob a forma de camadas de ar e vibração, de sons, ou seja, da linguagem”. A consciência é como um novo prolongamento do corpo humano, pelo qual o homem pode existir verdadeiramente no objeto, e referir a si toda a natureza como **seu** objeto. (Só ‘na alienação, quando o homem se cindiu de si mesmo é que aparece a consciência teórica indiferente à **práxis**, pretendendo ser o que há de melhor no homem).

- **O trabalho é produção do próprio homem** pela reprodução integral da natureza. Pelo trabalho, o objeto é humanizado, recebe uma forma humana, a de suas necessidades e das suas faculdades: a natureza é reproduzida como natureza humana, e, no fim, o que o homem encontra no objeto é a si mesmo: “É por isso que o homem sabe trabalhar segundo as leis da beleza”. O homem faz emergir a beleza das coisas, cada vez mais, à medida que os objetos trabalhados pelo homem vão sendo mais impregnados dele; o trabalho é assim a mediação completa da relação imediata homem-natureza, necessidade-satisfação. O homem tornou-se natureza e a natureza tornou-se homem. A necessidade é satisfeita e a satisfação é a aparição de uma necessidade universal, ou seja, a necessidade do outro homem, e de toda a natureza, o ‘corpo’ da espécie humana.

Conclusão

Essas três versões sobre as origens da cultura estão entrelaçadas e são convergentes. Não se encontram reunidas aqui por um ecletismo que se compraz em alinhar teorias que nada têm em comum. De fato, vimos como Lévi-Strauss, ao exigir um estudo das transformações do cérebro para se entender a gênese da cultura, onde estava traçando um programa que foi cumprido pelo estudo de Monod. Esse, por sua vez, deixa aberta uma transição para as teses de Marx, quando reduz a qualidade humana e a linguagem dos Australantropos do fato de que usavam instrumentos. E, como os evolucionistas, fazem do **homo habilis** e do **homo faber** os ancestrais imediatos do **homo sapiens**, estão especialmente predispostos para assimilarem a teoria de Marx, que, por seu lado, também se aproxima de Monod, já que o ‘fato histórico primordial’ é um trabalho consciente, já orientado por um cérebro dotado de inteligência e capaz de organizar a linguagem simbólica.

A cultura é, pois, simultaneamente, criatividade e comunicação: criação coletiva e socialmente realizada; criação de elementos materiais e espirituais para serem comunicados, de forma que, pela comunicação, uma maior criatividade possa surgir. Os circuitos se ampliam e as mensagens se enriquecem através da história; mas estava em gérmen desde que o homem começou; não podia ter começado sem ter uma natureza humana, com a comunicação de consciências, de bens e de vidas que a caracteriza.

REFERÊNCIAS

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Ed. Nacional, 1976.

_____. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Vozes, 1976.

MONOD, Jacques. **O Acaso e a Necessidade**. Vozes, 1972, 3ª edição.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã: O capital** ap. **Textos Filosóficos de K. Marx.**, Ed. Stampa, Lisboa, 1976 (Ver Calvez, **O Pensamento de K. Marx**. Porto, 1959 – 2ª edição, 2º volume).